

VIVENCIANDO O LUGAR: ESTUDO DAS RELAÇÕES HOMEM-AMBIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO BAIRRO OLARIAS, TERESINA, PIAUÍ

LARA CARVALHO DE OLIVEIRA¹
WILZA GOMES REIS LOPES²

Introdução

O homem está em constante interação com o espaço que habita, modificando-o segundo suas vontades e necessidades e, simultaneamente, sofrendo as influências do meio no qual está inserido. Diante desta relação mútua e, portanto, da impossibilidade de conceber homem e meio físico separadamente, o conceito de ambiente adquire um caráter multidimensional na medida em que passa a abranger não só o aspecto físico, mas também o social, devendo ser considerado em toda sua complexidade.

No contexto das questões urbanas, esta visão ambiental holística, que coloca homem e meio físico como aspectos fundamentalmente correlacionados, tem adquirido maior importância a partir da definição de desenvolvimento sustentável apresentada pela Organização das Nações Unidas no Relatório Brundtland (CMMAD, 1988), a qual faz referência não só à necessidade de que o desenvolvimento seja harmonioso em relação ao ambiente, mas também à satisfação das necessidades e bem estar dos indivíduos. Desde então, estas diretrizes têm sido ressaltadas, pelo menos em tese, nas diversas políticas públicas de promoção da sustentabilidade do nível internacional ao local.

O Programa Lagoas do Norte (PLN), desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Teresina, Piauí, em parceria com o Banco Mundial e o Governo Federal, constitui-se em uma das diversas iniciativas de requalificação urbana realizadas em âmbito nacional com vistas a promover melhorias na qualidade físico-ambiental de áreas consideradas degradadas, assim como seu desenvolvimento social e econômico.

A cidade de Teresina, criada em 1852 para ser a capital do estado do Piauí, apresenta a característica de ser banhada por dois rios, o Parnaíba e o Poti, tendo população, em 2010, de 814.230 habitantes, distribuída em 112 bairros (IBGE, 2010). Para fins administrativos, a cidade está dividida nas regiões Centro, Norte, Sul, Leste e Sudeste, sendo a região Norte a que apresenta maior vulnerabilidade socioambiental (CHAVES; LOPES, 2011).

1. Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí. E-mail; larawell@hotmail.com. ORCID: 0000-0001-6389-8725.

2. Arquiteta e Urbanista, Doutora em Engenharia Agrícola, pela UNICAMP. Professora Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Piauí. E-mail: wilza@ufpi.edu.br. ORCID: 0000-0002-3567-6831.

A zona Norte, constituída por largos terraços fluviais, apresenta as áreas mais baixas da cidade e conta atualmente com 23 bairros cuja expansão e uso do solo têm se dado de forma desordenada e, muitas vezes, inadequada. Tais condições têm impactado sobre a área, que abriga um sistema de lagoas plúvio-fluviais denominado Lagoas do Norte, abrangendo 13 bairros que são alvo de intervenção do programa: São Francisco, Mocambinho, Poti Velho, Olarias, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, São Joaquim, Nova Brasília, Aeroporto, Alvorada, Matadouro e Acarape (TERESINA, 2007).

Dentre os bairros contemplados pelo Programa, o bairro Olarias, cujo nome se deve à extração e beneficiamento de argila, principal atividade desenvolvida na área, apresenta um dos piores índices no que se refere ao nível socioeconômico dos moradores e à infraestrutura urbana. A extração de argila, realizada há mais de 50 anos na área, foi a principal impulsionadora do povoamento do local, mantendo-se como principal fonte de renda da maior parte das famílias até o fechamento das olarias pelo PNL, em 2012.

O bairro é, também, proporcionalmente ao tamanho de sua população, o mais afetado pelo reassentamento involuntário previsto pelo PLN, que inclui a remoção de mais de mil famílias em razão de obras de drenagem e recuperação da área de preservação permanente das lagoas, obras de sistema viário e implantação de estações elevatórias de esgotos, além da retirada de moradias situadas em áreas avaliadas como de risco. Tais medidas têm encontrado oposição por parte de moradores locais, refletindo divergência de interesses entre população (*insiders*) e planejadores (*outsiders*), a qual ameaça a consecução dos objetivos almejados de ambos os lados.

Como já havia sido destacado por Thibaud (2005) há mais de uma década, as políticas ambientais ainda se baseiam predominantemente nos aspectos físicos, sendo a dimensão humana do ambiente vivido frequentemente simplificada. Esta perspectiva desconsidera o papel ativo exercido pelas pessoas em sua interação com o ambiente, assim como as particularidades destas interações que variam de acordo com a situação e o background social e cultural daqueles envolvidos.–

Além disso, no que se refere ao bem-estar dos indivíduos, outra premissa básica na promoção da sustentabilidade, Moser (2003) destaca que, embora todos aspirem a certa qualidade de vida, esta noção pode ser substancialmente diferente para os distintos agrupamentos humanos, cujas necessidades apresentam diferenças que, com frequência, são territorialmente ancoradas e encontram sua expressão nas relações específicas desenvolvidas entre pessoas e lugares.

Tendo em vista sua importância, estas inter-relações que se estabelecem entre homem e meio físico a partir de suas vivências, as quais resultam em um processo de vinculação que transforma o espaço em lugar, têm sido destacadas em uma série de trabalhos em âmbito nacional (DE PAULA, 2017; RIBEIRO; VARGAS, 2001) e internacional (LIVINGTON; BAILEY; KEARNS, 2008; ROZAS; MONCADA MERINO; AHUMADA CALDERON, 2007) como um aspecto fundamental a ser considerado na elaboração das diversas políticas públicas e programas de intervenção ambiental, especialmente quando estes envolvem reassentamentos involuntários.

Diante destas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar aspectos afetivos, simbólicos e funcionais da relação entre moradores do bairro Olarias e o lugar

em que vivem. Para isto, parte de uma explanação teórica interdisciplinar sobre o lugar enquanto categoria espacial-simbólica e os diferentes processos e dimensões envolvidos na vinculação do homem ao lugar, fundamentando-se em autores da Geografia (TUAN, 1983, 2012; MARANDOLA JR.; MELLO, 2009) e da Psicologia Ambiental (POL, 1996, 2002; VALERA, 1996, GIULIANI, 2004; SCANNELL; GIFFORD, 2010), para então analisar e discutir os dados obtidos em entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores do bairro.

O bairro: do espaço ao lugar

Dentre as diversas categorias espaciais abordadas pelas ciências sociais, Marandola Jr. e Mello (2009, p. 71) destacam que o lugar é a de menor amplitude territorial, sendo difícil delimitá-lo e mensurá-lo, embora este seja extremamente fluido, e a que se encontra significativamente mais atrelada à afetividade e à experiência, apresentando um componente qualitativo fundamental que supera em relevância seus atributos objetivos, dado que os lugares constituem-se em “células espaciais existenciais e identitárias”.

Segundo Tuan (1983), as ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. O “espaço” remete à liberdade e é mais abstrato, transformando-se em “lugar” à medida que o conhecemos melhor e lhe atribuímos valor. Dessa forma, como destacam Marandola Jr. e Hogan (2009, p.167), “o lugar é conceituado na dimensão da experiência, perpassando as escalas individual e coletiva, nas suas diversas esferas, e substanciando também as escalas espaciais de ocorrência dos fenômenos físicos, sociais e identitários”. Quando a experiência com o lugar é vivenciada de forma benéfica, este passa a ser um lugar topofílico (TUAN, 2012). Por outro lado, experiências negativas com o lugar podem despertar aversão, tornando-o um lugar topofóbico. Segundo Guimarães (2002, p. 135), “uma topofilia ou uma topofobia que embora distintas, não se excluem mutuamente, podendo verificar-se em relação a *uma só* paisagem a ocorrência destes dois sentimentos opostos, concernentes a uma só pessoa, ou grupo cultural”.

No contexto da experiência urbana, o bairro se revela um recorte importante, visto que, segundo Costa e Maciel (2009, p. 69), “pode ser compreendido como o espaço físico e afetivo no qual ocorrem as relações sociais cotidianas do sujeito”. Apesar da concepção de bairro como unidade administrativa delimitada pelo poder público, em uma perspectiva psicossociológica, o bairro é tratado não como delimitação espacial, mas como construção coletiva de comunidade que se reconhece como tal, nem sempre havendo coincidência entre a área demarcada pelo poder público e o bairro “vivido” pela população.

Esta transformação do espaço em lugar está relacionada ao processo de apropriação do espaço, o qual se destaca, no âmbito da Psicologia Ambiental, como um dos núcleos centrais para a compreensão das interações que se estabelecem entre o ser humano e seu entorno físico, constituindo-se na base da vinculação do homem ao ambiente. Esta apropriação, segundo o modelo explicativo desenvolvido por Pol (1996, 2002), engloba várias dimensões que podem ser decompostas em duas componentes: ação-transformação e identificação simbólica, entre as quais se observa uma sequencialidade.

Em um primeiro momento, a tendência é que, através da ação-transformação, o sujeito modifique e adapte o espaço, deixando suas marcas e dando-lhe um significado

que pode ou não ser compartilhado com a coletividade. Por sua vez, em um segundo momento, o sujeito e/ou a comunidade tende, por meio da identificação simbólica, a identificar-se com este “espaço significado”, buscando preservá-lo. Assim, a partir desta transformação do espaço em lugar, percebe-se uma resistência à sua transformação, que passa a desempenhar um papel fundamental nos processos cognitivos, afetivos e identitários do sujeito e/ou do grupo (POL, 1996).

As influências do lugar na definição da identidade, no entanto, não se restringem ao plano individual. Como afirmam Valera e Pol (1994), o lugar pode ser tratado como uma categoria social, o que possibilita falar em uma identidade de lugar fundamentada na coletividade.

A vinculação a um território específico, segundo Rozas, Moncada Merino e Ahumada Calderon (2007), ao influir fundamentalmente na construção identitária de um grupo, permite satisfazer a necessidade de pertencimento e estruturar relações comunitárias. Este fortalecimento do sentido de comunidade associa-se ao estabelecimento de interações baseadas na confiança, respeito, solidariedade, coesão social, além de favorecer ações em prol do bem comum, podendo influir diretamente na qualidade de vida do grupo.

Nesse contexto, segundo Valera (1996, p. 71), determinados lugares podem ter a propriedade de facilitar processos de identificação social urbana, podendo chegar a configurar-se como símbolos de identidade para o grupo associado a determinado lugar. Estes espaços, definidos como “espaço simbólico urbano”, correspondem ao “[...] elemento de una determinada estructura urbana, entendida como una categoría social que identifica a un determinado grupo asociado a este entorno, capaz de simbolizar alguna o algunas de las dimensiones relevantes de esta categoría [...]”. Dessa forma, sendo resultado das interações entre os grupos ou comunidades e o próprio espaço, este conjunto de significados associados a um espaço simbólico urbano é um produto sempre inacabado, já que vai evoluindo e se transformando junto com o grupo (VALERA, 1996).

Como destacam Rozas, Moncada Merino e Ahumada Calderon (2007), a existência de uma forma de identidade própria pode ser uma ferramenta fundamental na implementação de ações voltadas para a consecução de objetivos e metas comuns, já que implica um compromisso com a coletividade. Além disso, os autores afirmam que a identidade social de lugar se revela um conceito articulador de outros, como participação, sentido de pertencimento e memória coletiva, sendo possível, por meio deste, obter compreensão mais integral do complexo comunidade-ambiente. Assim, o conhecimento desta identidade coletiva se revela fundamental para o sucesso de quaisquer planos voltados para o desenvolvimento das comunidades.

Por outro lado, Marandola Jr e Mello (2009) atentam para o fato de que, quando intervenções ambientais modificam os espaços desconsiderando os laços históricos e identitários que se estabelecem entre determinados lugares e grupos, podem provocar descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompendo com o sentido do lugar e, conseqüentemente, contribuindo para a sua desmobilização, assim como para o descompromisso e o abandono em relação aos lugares.

Apego ao lugar

O apego ao lugar, embora definido por alguns autores em uma perspectiva prioritariamente emocional (GIULIANI, 2004; SPELLER, 2005), pode ser compreendido, em uma perspectiva mais ampla, como os laços que se estabelecem entre as pessoas e os lugares com os quais interagem, podendo estar fundamentados ou não em aspectos simbólicos atribuídos ao ambiente (LIVINGSTON, BAILEY, KEARNS, 2008).

As razões pelas quais estes laços se estabelecem são as mais diversas e, com base nisso, distinguem-se diferentes formas de apego, que podem resultar de pelo menos três processos diferentes: a) de uma avaliação positiva da qualidade do local ante às necessidades do indivíduo, tendo, portanto, base mais cognitiva do que afetiva; b) do significado que o lugar tem para a identidade da pessoa; c) de um longo período de residência e familiaridade, o qual suscita um sentimento de segurança e bem estar, sendo a base deste apego mais emocional do que funcional (GIULIANI, 2004).

Scannell e Gifford (2010) explicam o apego ao lugar a partir de três dimensões: pessoas, processos psicológicos e lugares. A primeira dimensão se refere a quem está apegado, podendo o apego dar-se tanto em um plano individual (evocado por conexões pessoais com o lugar), como grupal (relacionado aos significados simbólicos compartilhados pelo grupo), ou ainda sobrepor-se. Entre os fatores individuais que têm maior impacto no apego ao lugar estão a idade e tempo de residência (GIULIANI, 2004; LIVINGSTON, BAILEY, KEARNS, 2008).

A segunda dimensão diz respeito aos aspectos psicológicos envolvidos na maneira como os indivíduos e grupos expressam o seu apego ao lugar. São eles: afeto, sendo o apego geralmente definido em termos de emoções positivas relacionadas ao lugar; cognição, quando a ligação ao lugar se exprime por meio de memórias, crenças e significados a ele atribuídos; e comportamento, sendo o apego expresso por meio de ações especialmente relacionadas ao desejo de permanecer próximo ao lugar (SCANNELL; GIFFORD, 2010).

Por fim, segundo Scannell e Gifford (2010), a última dimensão do apego ao lugar está relacionada às várias escalas geográficas e, embora tenha sido tipicamente dividida em dois níveis, local de apego físico e social, há que se ter em mente que ambos são inseparáveis. Embora grande parte da pesquisa sobre apego ao lugar tenha se concentrado em seu aspecto social, as pessoas encontram-se apegadas aos lugares que facilitam as relações sociais. Este reconhecimento de que o lugar simboliza o próprio grupo social, por sua vez, está estreitamente alinhado com a identidade de lugar.

Livingston, Bailey, Kearns (2008) destacam a existência de uma correlação positiva entre apego ao lugar e capital social nas comunidades. Quanto mais as pessoas encontram-se apegadas a uma área, mais provável é se envolverem com os demais moradores para desenvolver o capital social necessário à renovação da comunidade. Assim, as relações de apego ao lugar têm sido utilizadas para reavivar e fortalecer as comunidades, aumentando sua confiança e autoestima e incentivando a ajuda mútua entre os moradores, o que equivale a uma tentativa de reconstruir o capital social reduzido, considerado uma causa do declínio nos bairros desfavorecidos.

Metodologia

A pesquisa foi do tipo qualitativa, tendo os dados sido coletados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas, transcritas e analisadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), além de anotações realizadas no Diário de Campo.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2016, abordando moradores com idade entre 33 e 68 anos. A amostra foi definida por meio de técnica não probabilística, conhecida como *snowball*, na qual os participantes iniciais indicam novos participantes e assim sucessivamente, tendo sido o participante inicial contatado a partir da Associação de Oleiros. O critério de inclusão na pesquisa foi residir no bairro Olarias, ter pelo menos 18 anos de idade e disponibilidade para participar da pesquisa.

Dada a impossibilidade de determinar um tempo mínimo necessário para o envolvimento com o lugar, porém considerando que este é diretamente proporcional ao tempo de residência (HERNÁNDEZ et al., 2007), foram priorizados aqueles moradores mais antigos ou que já tenham nascido no bairro.

O tamanho da amostra, composta por dez participantes, foi definida por saturação teórica, que ocorre quando os dados obtidos se tornam repetitivos, sendo considerado desnecessário persistir na coleta de dados (DENZIN; LINCOLN, 1994).

Todos os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa seguiu as determinações da Portaria 466/2012 e, portanto, foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (Protocolo n. 43320315.2.0000.5214).

Resultados e discussão

O primeiro núcleo de ocupação do município de Teresina, iniciado ainda no século XVII, se deu na zona Norte, na região de confluência dos rios Poti e Parnaíba, conhecida como Barra do Poti, atualmente bairros Olarias e Poti Velho. Sua posição geográfica privilegiada possibilitou extraordinário aumento populacional e desenvolvimento comercial. No entanto, sujeita a frequentes inundações por conta de seu relevo, a área foi submetida gradativamente ao esquecimento do ponto de vista dos investimentos públicos. Com as constantes inundações no período chuvoso, especialmente nas áreas mais próximas às margens dos rios e lagoas, os terrenos tornaram-se ociosos e sujeitos a ocupações irregulares (SILVAI; SCABELLO, 2013, MOURA, 2006, TERESINA, 2002).

A maior parte das construções existentes no bairro foram originárias de ocupações irregulares (Figura 1), destacando-se a situação de convivência diária e de proximidade, dos moradores locais, com o rio Poti.

Figura 1 - Residências do Bairro Olarias



Fonte: Fotos dos autores (2015)

Entre as atividades desenvolvidas pelos moradores do bairro Olarias, propiciadas pelo rio Poti, é possível evidenciar o aproveitamento de suas margens para plantio (Figura 2).

Figura 2 - Plantio nas margens do rio Poti



Fonte: Fotos dos autores (2015)

Ressalta-se, ainda, a apropriação, pelos jovens, de áreas do bairro, nas margens do rio, a partir do desenvolvimento de atividades esportivas de lazer, como jogos de futebol (Figura 3).

Figura 3 - Lazer na margem do rio Poti, Bairro Olarias, Teresina



Fonte: Fotos dos autores (2015)

Ao serem questionados sobre sua chegada ao bairro, o histórico de adversidades e a busca por melhores condições de vida revelaram-se aspectos comuns nos relatos dos moradores. Vindos de cidades do interior ou de outros estados, a região se destacou, nesse contexto, como alternativa diante das necessidades da população migrante, seja pela facilidade na aquisição da terra, seja por suas características físico-naturais, que possibilitavam o desenvolvimento de uma série de atividades como o plantio nas vazantes, a criação de animais e, principalmente, o trabalho nas olarias, como fica claro nos relatos a seguir. Destaca-se que, nas transcrições, foi mantido o modo de falar próprio de cada depoente:

Lá em Esperantina, onde a gente morava, os trabalho era muito pouco. Aí a gente veio na intenção de criar os filho, nois já tinha cinco filho quando chegamo aqui. Depois a família crescendo nois passamo pra oito filho [...] E não voltei mais. Gostei do lugar, trabalhei esse tempo todo de Olaria até que as Olaria foi encerrada e a gente não teve mais trabalho. Depois que o trabalho de olaria se acabou nois passamo a ser vazanteiro [...] a viver de vazante e pesca (M. 68 anos).

A história de vida dos moradores mais antigos encontra-se entrelaçada à própria história do bairro, desde a construção das primeiras habitações, quando “só havia mato”, até a chegada da “urbanização”. De acordo com Perea Restrepo (2006), o processo de auto-construção observado na maioria dos bairros populares, erguidos com o esforço da própria comunidade, cria uma ligação singular com o território, que remete à relação ancestral dos camponeses com a terra. Esta construção do bairro “com as próprias mãos” pode ser entendida como um processo de apropriação do espaço, a partir do qual significados lhe foram atribuídos, transformando-o em lugar, como é evidenciado na fala dos moradores:

Hoje tá mudado porque tem muito habitante, quando a gente veio pra cá não tinha nenhum. Era só mato e barreiro. Nós morador foi que habitamo a Boa Esperança. Isso tudo era mata daqui até o Poti [...] aqui era estrada carroçal, no tempo do Alberto Silva. Foi ele que fez essa avenida aqui. (A., 62 anos).

Quando nós chegemo aqui, aqui era uma avenida sem calçamento, os morador mais véi que já atuaram aqui já morreu...[...] então nós somo a remessa já dos mais véi [...] que eles fundaram a olaria aqui... mas os primeiro fundador das olaria aqui [...] Eles não era mermo daqui né. Aí depois a prefeitura veio e partiu os pedaço aqui pro pessoal trabaiá. Porque nós trabaiava pra outras pessoas né? Aí nós ganhemos os pedaço pra nós trabaiá (D., 53 anos).

Na luta diária por melhores condições de vida, as olarias são destacadas, no discurso dos moradores, como importantes elementos simbólicos aglutinadores de significados e memórias do lugar. Mais do que um meio de garantir o sustento da família, percebe-se que elas representavam um modo de vida, influenciando a rotina da comunidade, assim como suas relações sociais e familiares, revelando-se, portanto, elementos estruturantes da identidade local, como mostra o depoimento a seguir:

Aqui matou foi a fome de muitos pobre, noite e dia trabalhando pra sustentar a família, fazendo trabalho de olaria aqui, fazendo tijolo, queimando tijolo... Até as criança trabalhava. Eu mermo botava os meu pra fazer, nois ia fazer serão, acendia um fogo e ali botava eles pra botar lenha [...] aquele fuá danado e eu e minhas vizinha tirando tijolo [...] quando eu ia deitar, me banhar pra tirar a terra, era duas hora da manhã (A. 62 anos).

O fato de o bairro Olarias não contar com uma associação de moradores, mas sim, com a Associação dos Oleiros e a Associação das Mulheres Oleiras, as quais incluem alguns moradores de bairros limítrofes, indica que a “identidade oleira” se sobrepõem às delimitações físicas de bairro, que não são claras para os próprios moradores. Apesar das olarias terem sido extintas, os depoimentos evidenciam que seu poder simbólico permanece vivo, definindo o grupo com base em uma história comum, o passado ambiental e a memória coletiva compartilhados (STOETZEL, 1970, apud VALERA; POL, 1994).

As lagoas e os rios, amplamente utilizados no passado, quando ainda não havia água encanada na região, também surgem como elementos marcantes nas memórias dos moradores. Segundo Tuan (2012), esta relação de proximidade física e dependência material, assim como as lembranças relacionadas ao meio natural, típicos daqueles que não só conhecem a natureza, mas ganham a vida com ela, são indicadores de laços topofílicos mais profundos. Tais sentimentos, no entanto, aparecem mesclados com sentimentos topofóbicos, principalmente relacionados ao estado de poluição no qual se encontram os rios e lagoas, mas também ao crescimento do mato desde o fechamento das olarias e a proliferação de animais selvagens e insetos, como se vê a seguir:

Nos meus 9 ano eu ia lavar roupa no rio mais minha mãe, eu ia lavar louça no rio, porque a gente morava aqui na beirada e não tinha água encanada. Até tomar água do rio a gente tomava do Poti...hoje, quem é que tem coragem, hoje em dia? (R., 33 anos).

Tem lagoa aqui, mas a lagoa tá cheia de mato. Ninguém vai pro rumo das lagoa que tem jacaré, tem cobra, tem tudo nas lagoa [...] lavar roupa nós ia lavar no rio e beber também, tudo era do rio. Agora tem água a vontade [encanada] não precisa mais ir pro rio [...] até porque tá poluído, desce umas coisa... [...] não dá nem pra banhar mais que a água fede...aí ninguém vai mais pra lá (E., 33 anos).

Ainda com relação aos rios, é importante destacar que não houveram menções espontâneas a episódios de inundação da área, o que provavelmente se deve à ameaça de remoção dos moradores do bairro, em razão de obras do Programa Lagoas do Norte. No entanto, indagados sobre a enchente de 1985, uma das maiores já registradas na cidade, a qual resultou em grande destruição e retirada da população local, os relatos indicam que, apesar das perdas e dificuldades enfrentadas, não há indícios de que o evento tenha produzido impactos negativos no apego dos moradores ao lugar. Pelo contrário, foram destacados o senso de comunidade e ajuda mútua entre os moradores.

Embora experiências espaciais traumáticas possam ser fontes de estresse e incerteza para os sujeitos que habitam o espaço, podendo transformar o entorno das comunidades em lugares topofóbicos, as ações coletivas para enfrentar as problemáticas podem fazer reaparecer um sentimento de topofilia e a sensação de que a comunidade pode superar as adversidades, construindo assim um apego maior (VALDÉS, 2012).

Além disso, segundo Marandola Jr. e Modesto (2012, p. 148), as experiências diárias possibilitam o reconhecimento dos locais onde os perigos se encontram, assim como das práticas necessárias para enfrentá-los, o que faz com que aqueles indivíduos mais familiarizados com o lugar tenham uma menor percepção da existência e da gravidade dos perigos locais. Nesse contexto, a memória desempenha um papel fundamental, visto que, embora não garanta o sucesso diante de novos perigos, “compõe o conjunto de elementos que podem ajudar na absorção ou adaptação dos impactos”.

Dessa forma, embora o apego ao lugar pareça derivar primariamente de uma relação funcional entre moradores e ambiente físico, dada a possibilidade de nele morar e

desenvolver um modo próprio de vida, a contribuição positiva da familiaridade, especialmente no que diz respeito às habilidades adaptativas, certamente favoreceu a formação de laços de base simbólica e afetiva. Para além da questão puramente utilitária, percebe-se que o lugar passa a significar a construção da própria história, o que contribui para um sentimento de segurança existencial. Claramente expresso no desejo de permanência, este apego manifesta-se particularmente intensificado diante da ameaça de rompimento do vínculo (GIULIANI, 2004; POL, 1996), visualizado nos relatos dos entrevistados:

Eu tô muito velha aqui né, aqui tem raiz muito profunda. Não consigo me ver morando em outro local. Só se for coisa de muito mermo, de muito dizer assim: não fica não, fica aí, eu posso até sair. Mas sair mermo, querer sair, eu não quero não (U., 46 anos).

A gente se habitua, né. A gente fica habituado naquele lugar, fica gostando daquele lugar... (D., 53 anos).

Nesse contexto, diante das dificuldades impostas pela baixa renda, assim como pelas características próprias dos terrenos alagadiços, a construção da moradia também adquire grande importância e peso no vínculo pessoal com o lugar, como se pode perceber nos relatos:

Vou morar em quê, numa choupana? Quer dizer que eu passei 40 ano trabalhando pra fazer [a casa] pra dá pros oto? (H., 67 anos).

Minha casinha também, eu lutei muito por ela [...] aí eu imagino sabe o que é? É perder minha casa pra uma casinha bem pequenininha [...] a noite eu deito e fico pensando meu Deus eu lutei tanto, que ela é toda no tijolo comum, eu lutei tanto, toda caeirinha eu tirava 500 tijolo... (D., 53 anos).

Em pesquisa realizada por Nunes (2010) com moradores reassentados na primeira etapa do PLN, observa-se que, apesar de reconhecerem os riscos de viver nas proximidades das lagoas, eles afirmaram que não deixariam suas casas se tivessem esta opção. No entanto, apesar do custo emocional resultante da mudança, o fato de a área de reassentamento estar localizada no mesmo bairro de origem e da disposição das moradias manterem os laços de vizinhança pré-existentes foram apontados como importantes facilitadores da adesão da população e consequente sustentabilidade da medida. Isto porque possibilitou, em certa medida, a preservação da identidade e das redes socioespaciais estruturadoras do cotidiano dos moradores.

É válido observar que, conforme declarado por Ribeiro e Vargas (2001), ao descon siderar os interesses da população diretamente envolvida nas decisões relativas à gestão do ambiente, o Programa acaba encontrando obstáculos, seja pela não cooperação ou pela total oposição de determinados grupos sociais ou indivíduos, como expressa a fala deste morador sobre a remoção de sua casa:

Só se eles vierem pra derribar. Mas derriba em riba de mim, porque uma casinha véa eu não quero não (H., 67 anos).

As redes familiares e de amizade, assim como o sentimento de segurança e tranquilidade decorrente da boa convivência com os vizinhos, foram aspectos destacados pelos moradores do bairro Olarias como fundamentais para o desejo de permanecer no local. Para Livingston, Bailey e Kearns (2008), embora o apego ao lugar seja, muitas vezes, visto como parte do produto das relações sociais locais, envolvimento social também são tomados como uma consequência positiva de apego emocional.

Aqui é calmo demais. Não sei lá pra cima...mas lá dos mei de lá pra cá é um sossego, cê pode dormir intê com a porta aberta, não tem problema... [...] logo a gente se dá com os vizim tudo, é tudo gostoso demais (H., 67 anos).

Eu gosto muito daqui. Só se nois tivesse que sair mermo, não tivesse ota opção, aí eu saía. Mas se não, se tiver a opção d'eu ficar aqui, eu quero ficar aqui. [...] Aqui é um lugar muito calmo, não tem essas baderna aí que tem em outros lugar [...] os menino já são tudo acostumado aqui...todo mundo conhece todo mundo (E., 33 anos).

Como aponta Vargas (2009), no bairro popular, a sociabilidade local implica estratégias de ajuda mútua, que também explicam as razões para permanência no local. A presença de redes de sociabilidade manifesta-se como determinante na condução da sobrevivência, solidariedades que resultam do vínculo criado no bairro com o decorrer dos anos de convivência, como se observa no depoimento:

Todo mundo conhece as pessoa e ajuda uns os outros. Se ta na escola, se não tem como trazer os amigos traz, os vizinho [...] samo todo mundo assim, um amigo do oto [...] aí eu fico pensando, sair daqui pra ir pra outro lugar desconhecido que a gente não sabe nem quem é as pessoas...é só nisso que eu penso (R., 33 anos).

O fato de que as negociações sobre o reassentamento involuntário, na segunda etapa do PLN, vêm se arrastando por anos, deixando a população local numa situação de incerteza em relação ao futuro, desperta também tensões relacionadas à descontinuidade das vivências cotidianas, já que estas encontram-se completamente entrelaçada ao lugar:

Tudo meu é aqui ó, a escola do meu menino, de tarde eles vão ali pro projeto PAI, aí quando tem outra coisa aqui, o campo de futebol ali eles vão, tem aqui na frente eles vão, a clínica da minha menina [...] pra ela fazer os tratamento eu vou daqui meu menino vai me deixar de bicicleta bem ali no Poti Velho e eu vou no ônibus, para lá na frente [...] aí eles vão me jogar pra um lugar que eu não sei nem andar, não sei como é que faz... (R., 33 anos).

Esta experiência com o lugar se traduz, de acordo com Giddens (2002), em um sentido de segurança ancorado, cognitiva e emocionalmente, na consciência prática adquirida nas atividades cotidianas. Tais atividades, junto com as rotinas diárias por ela reproduzidas, oferecem modos de orientação que, no nível do inconsciente, “respondem” às questões existenciais fundamentais, permitindo que se alcance uma “fé” na coerência da vida cotidiana. Assim, é em termos das “fórmulas” emocionais e comportamentais adquiridas nas vivências do dia a dia que as pessoas lidam com as adversidades, podendo os rituais da vida diária ser compreendidos como mecanismos de enfrentamento ligados ao modo como a ansiedade é socialmente manejada.

A limpeza da área das lagoas é o principal ponto positivo das ações propostas pelo PLN na região, de acordo com os moradores, representando melhorias na qualidade de vida da população local. No entanto, apesar de programas de urbanização e saneamento de fato trazerem avanços para as áreas afetadas, ao deslocar físico e socialmente os grupos marginalizados, acabam privando dos benefícios aqueles que mais precisam:

Se vinhesse esse dinheiro pra dizer assim: - vamos limpar a lagoas do norte aqui e limpar...aí era o mermo que nós ir pro céu [...] se desse pra limpar tudo e deixasse todo mundo sossegado nas suas casa era o mermo que morar no céu, não tem céu melhor que esse daqui não (H., 67 anos).

Eu acho que vai melhorar porque se alimpasse a lagoa aqui, fazer uma área de lazer [...] vai melhorar muito. Porque aí os menino vão ter lugar pra brincar, né [...] Só se tirar nós daqui, aí eu acho ruim” (E., 33 anos).

Apesar do desejo de desfrutar das benfeitorias trazidas pelo PLN, foram constatados sentimentos de ambivalência no relato de alguns moradores cujas casas não se apresentam em boas condições, surgindo um conflito entre o apego ao lugar e o desejo de satisfação das necessidades básicas, como se percebe nas transcrições abaixo:

Essas pessoa que não querem sair, eles tem a casa boa [...]. Agora quem tem a casa assim ruim quer sair...quer dizer, não quer sair, quer uma casa mais melhor ainda (E., 33 anos).

Eu queria pelo menos que meus filho ganhasse uma casinha cada um. Porque eles perderam a casa naquela enchente, daquela enchente pra cá [...] aí sempre vem essa proibição de não fazer casa, não deixa fazer casa...aí a gente vem obedecendo [...] aqui tem muita gente que precisa de casa [...] pelo menos lá a gente vai ter uma casa e um terreno da gente (M., 68 anos).

Como afirmam Livingston, Bailey e Kearns (2008), o apego a uma área não impede as pessoas de querer se mover. Em pesquisa sobre a influência da privação do bairro sobre o apego ao lugar, realizada pelos autores citados, entrevistados afirmaram que teriam

vivido em bairros com menos privações se tivessem tido a oportunidade, apesar de se encontrarem fortemente ligados à sua área de residência. Para Brown e Perkins (1992), porém, os apegos são sensíveis às aspirações e experiências humanas e, se as pessoas não conseguem modificar seu ambiente de modo que este forneça suporte para suas identidades e objetivos desejados, o apego pode corroer.

Nesse contexto, percebe-se que o fechamento das olarias impactou negativamente não só os vínculos da população com o lugar, mas também a dinâmica das famílias que delas dependiam financeiramente, como se vê nos relatos:

[...] o povo deixou de trabalhar, o prefeito passou a dizer que nois todos ia ganhar um terreno pra trabalhar e uma casa digna pra nois morar...e ele vem empurrando isso com a barriga há muitos tempo. Quer dizer, ele não deu serviço até agora e muito menos a casa [...] Aqueles que ganharo aquela indenizaçãozinha através desse projeto lagoas do norte...tem uns que se arranjou, outros que levou na brincadeira, acabou... e aí ficou todo mundo no sofrimento sem trabalho” (M., 68 anos).

Eu conheci meu marido aqui, nós tivemo nossos filho aqui... Aí ele botou na cabeça que ia pra São Paulo porque ia se acabar as Olaria aí como é que vamo criar esses menino? (R., 33 anos).

Embora a Prefeitura de Teresina tenha oferecido cursos profissionalizantes aos moradores, no intuito de provê-los com novas oportunidades de renda, incluindo a capacitação para produção de tijolos ecológicos, estes não encontraram ressonância na população local, o que, mais uma vez, evidencia o fracasso na implantação de programas elaborados numa perspectiva que desconsidera as particularidades do grupo a que se destinam.

É importante ainda observar que a atividade oleira desempenhada no bairro respaldava a existência de associações verdadeiramente atuantes na área, cuja importância revela-se fundamental para o capital social da comunidade e, portanto, para a sua auto-organização e seu engajamento, no sentido de alcançar melhorias e objetivos comuns. Com o fechamento das olarias, no entanto, estas agremiações parecem ter perdido sua razão de existir, tendo sido extintas ou restringindo bastante sua atuação, a ponto de não terem mais sua existência amplamente reconhecida pelos moradores do bairro.

O aumento da criminalidade e do uso de drogas na região, outra questão amplamente citada, também foi apontado por alguns como consequência do fechamento das olarias. Nesse contexto, o Parque Lagoas do Norte, embora represente uma área de lazer acessível à comunidade, aparece como um lugar topofóbico em razão da criminalidade:

Fizeram a lagoa do norte ali né, nois ia pra lá também. Mas lá teve assalto aí nunca mais fomo pra lá, ficamo com medo de ir pra lá (E., 33 anos).

Não vou lá de jeito nenhum [...] assalto e morte que tem lá [...] Eu tenho uma parente que mora lá perto que até o filho matou o pai lá

perto também, que eu não vou visitar. Porque eu digo pra ela: - mulher eu não venho pra cá, não gosto nem que minha mãe vá, eu não venho pra cá não, só se for mermo ni caso de morte que eu venho... não tenho coragem de ir pra lá (R., 33 anos).

Ainda na opinião de alguns moradores, a criminalidade no Parque Lagoas do Norte seria consequência de um processo de abandono do lugar dado a partir da quebra do vínculo entre este e a população, com o reassentamento dos antigos moradores que viviam naquela área. Ao desconsiderar relações históricas que a comunidade estabelece e demarca em determinado local, o poder público e planejadores urbanos podem criar espaços, mas não lugares. Tais espaços, segundo Marandola Jr. e Mello (2009, p.64), tendem a tornar-se “terra de ninguém”, onde a vivência da violência, da privação, do descompromisso e do abandono têm se tornado quase que a regra”.

Assim, pode-se afirmar que o bairro Olarias passa por um processo de “desmonte do lugar” semelhante ao descrito por De Paula (2017), no qual o sentido de lugar é lentamente corroído por uma mudança a ele imposta, e que não ocorre de forma súbita, mas é vivenciada ao longo de anos, perfazendo-se no cotidiano daqueles que nele vivem.

De forma semelhante ao exposto por Perea Restrepo (2006), se no passado o vínculo estabelecido com a coletividade resultava da união de esforços para a construção do bairro, no presente parece manifestar-se, principalmente, pelo sofrimento e enfrentamento conjunto das adversidades que ameaçam a manutenção de seu lugar e suas próprias vidas. Configura-se assim uma identidade de resistência, que, segundo Vargas (2009), se constrói a partir da experiência da pobreza, definindo “um lugar no mundo” onde a ausência de poder de mando e decisão e a privação de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais, que explicam tais condições de vida, ocorrem simultaneamente a práticas de resistência e luta.

Considerações finais

A análise dos aspectos afetivos, simbólicos e funcionais da relação entre moradores do bairro Olarias e o lugar em que vivem possibilitou o conhecimento de aspectos da dimensão vivida que, ao revelar potencialidades e fragilidades desta relação, mostram-se essenciais para o sucesso de intervenções de requalificação urbana, tais como a proposta pelo Programa Lagoas do Norte. Este conhecimento, no entanto, mostra-se ainda subestimado ou subutilizado pelas avaliações técnicas, conforme observado.

Foi observada a existência de vínculos profundos entre os moradores e o lugar em que vivem, os quais apresentam forte base funcional, devido à facilidade de aquisição dos terrenos, mesmo que de forma irregular ou ilegal, à árdua construção das casas e ao desenvolvimento de atividades econômicas como a pesca, o plantio nas vazantes e, principalmente, a atividade oleira. A experiência cotidiana e a familiaridade, por sua vez, contribuíram para a emergência de laços afetivos e simbólicos sobre os quais se erige uma identidade coletiva, que tem em seu cerne o histórico comum de enfrentamento das adversidades, fortemente ligado aos elementos físicos do lugar, em especial aos rios e lagoas.

Por um lado, tais vínculos clamam por uma tentativa de alinhar o projeto de requalificação urbana do PLN com as necessidades apontadas pela população local, provendo-a com melhor qualidade de vida e promovendo o fortalecimento da identidade coletiva, do capital social comunitário e, conseqüentemente, do engajamento da população por meio da intensificação do apego ao lugar.

Por outro lado, as ações realizadas desconsiderando as relações específicas estabelecidas entre os moradores do bairro Olarias e o lugar em que vivem, na medida que afetam, fundamentalmente, a vida construída na própria relação com o lugar, resultam na fragmentação do sentido atribuído à própria vida, relegando a população a uma condição de vulnerabilidade psicossocial.

Este estudo, no entanto, não pretendeu apontar soluções para o conflito ambiental local decorrente do reassentamento involuntário de moradores do bairro Olarias, dada a complexidade das variáveis envolvidas na questão. Porém, o mesmo vem ressaltar a importância de que as peculiaridades das relações estabelecidas entre população e lugares específicos sejam reconhecidas, estudadas e consideradas assim como as demais dimensões (físico-ambiental, social, econômica) nas diversas etapas do planejamento e execução de intervenções ambientais.

Num contexto mais amplo, no qual o vínculo entre homem (individual e/ou coletivamente) e lugar vem sendo, crescentemente, ameaçado pela lógica capitalista, seja através de reassentamentos involuntários impulsionados pelos processos de gentrificação ou grandes obras de interesse público, seja por desastres frutos do descaso, a exemplo de Mariana e Brumadinho, fazem-se necessários mais estudos que enfoquem, não só as perdas advindas do rompimento ou enfraquecimento destes vínculos, mas que, também, apontem caminhos para a reconstrução e/ou fortalecimento destes laços e da comunidade.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BROWN, B.B.; PERKINS, D.D. Disruptions in place attachment. In: ALTMAN, I.; LOW, S.M. (Eds.) **Place Attachment**, Londres: Plenum Press, 1992. p. 279-303.

CASTELLO, L. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: estratégias para a construção do futuro. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 223-236, 2005.

CHAVES, S. V. V.; LOPES, W. G. R. A vulnerabilidade socioambiental em Teresina, Piauí, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, Costa Rica, v. 2. n. 47E p. 1-17, jul./dez, 2011.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CORRAL-VERDUGO, V. Psicologia Ambiental: objeto, "realidades" sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 71-87, 2005.

COSTA, S. L.; MACIEL, T. M. de F. B. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 60-72, abr. 2009.

DENZIN, N. K., LINCOLN, Y. S. (ed). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994.

DE PAULA, F. C. **Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte na Linha (Brasil) e Mourenx (França)**. 2017. 157 f. Tese – (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In: TASSARA, E. T. de O.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M. do C. (eds). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

GUIMARÃES, S. T. de L. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p. 117-141, jan./jun. 2002.

GUNTHER, H. Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 2, p. 273-280, Aug. 2003.

HERNÁNDEZ, B. et al. Place attachment and place identity in natives and non-natives. **Journal of Environmental Psychology**, n. 27, p. 310-319, 2007.

LIVINGSTON, M.; BAILEY, N.; KEARNS, A. **People's attachment to place: the influence of neighbourhood deprivation**. York: Joseph Rowntree Foundation, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico - 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

MARANDOLA Jr., E.; MODESTO, F. Percepção dos perigos ambientais urbanos e os efeitos de lugar na relação população-ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 29, n. 1, 2012.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 161-181. 2009.

MARANDOLA JR, E.; MELLO, L. F. Abordagem do lugar no planejamento urbano. **Geografares**, n. 7, p. 63-75, dez. 2009.

MOSER, G. Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicologia Ambiental. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 2, p. 331-333, Aug. 2003.

NUNES, C. R. **Lagoas do Norte – PI: satisfação residencial e significados do reassentamento**. 2010. 150 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEREA RESTREPO, C. M. Comunidad y Resistencia, poder en lo local urbano. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 63, p. 148-171, jun. 2006.

- POL, E. El modelo dual de la apropiación del espacio. In: GARCÍA-MIRA, R.; SABUCEDO, J.M.; ROMAY, J. (eds.) **Psicología y medio ambiente**. Aspectos psicosociales, educativos y metodológicos. Coruña: Asociación Galega de Estudios e Investigación Psicosocial-Publiedisa, 2002.
- POL, E. La apropiación del espacio. In: IÑIGUEZ, L.; POL, E. (coord.). **Cognición, representación y apropiación del espacio**. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 1996.
- RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. Qualidade ambiental urbana: ensaio de uma definição. In: RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. (org.). **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 13-20.
- ROZAS, G.; MONCADA MERINO, M. de los Á.; AHUMADA CALDERON, M. J. La identidad social urbana en dos territorios de Quinta Normal: población Simón Bolívar y Franja Yungay. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 10, jul. 2007.
- SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: A tripartite organizing framework. **Journal of Environmental Psychology**, n. 30, p. 1-10, 2010.
- SILVAI, S. A.; SCABELLO, A. L. M. O Poti Velho: uma abordagem etnoarqueológica. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, p. 66-83, abr./jun. 2013.
- SPELLER, G. M. A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, L. (ed.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- TERESINA. **Avaliação ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina**: Programa Lagoas do Norte. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2007.
- THIBAUD, J. P. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: estratégias de construção do futuro. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 205-212, 2005.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.
- VALDÉS, J. G. Lugar y Resiliencia Comunitaria: Estudio desde la Problemática Ambiental en Comunidades Rurales de Pudahuel. **Rev. Geogr. Espacios**. v. 1, n. 2, p. 177-206, 2012.
- VALERA, S. Análisis de los aspectos simbólicos del espacio urbano: perspectivas desde la Psicología Ambiental. **Revista de Psicología Universitas Tarraconensis**, Tarragona, v.18, n.1, 1996.
- VALERA, S.; POL, E. El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre lapsicología social y lapsicología ambiental. **Anuario de Psicología**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994.
- VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, N. et al (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2009.

Submetido em: 13/09/2017

Aceito em: 08/10/2019

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20170218r4vu2020L1AO>

2020;23:e02184

Artigo Original

VIVENCIANDO O LUGAR: ESTUDO DAS RELAÇÕES HOMEM-AMBIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO BAIRRO OLARIAS, TERESINA, PIAUÍ

LARA CARVALHO DE OLIVEIRA
WILZA GOMES REIS LOPES

VIVENCIANDO O LUGAR: ESTUDO DAS RELAÇÕES HOMEM-AMBIENTE E SUAS IMPLICAÇÕES NO BAIRRO OLARIAS, TERESINA, PIAUÍ

Resumo: O Programa Lagoas do Norte (PLN) propõe intervenções de requalificação urbana e desenvolvimento socioeconômico e ambiental em áreas ambientalmente frágeis na cidade de Teresina, Piauí. Dada a importância de pautar qualquer intervenção ambiental nas especificidades das interações que se estabelecem entre os diferentes grupos humanos e o ambiente em que vivem, este artigo objetivou analisar aspectos afetivos, simbólicos e funcionais da relação entre moradores do bairro Olarias, localizado na área de abrangência do PLN, e o lugar onde vivem. Foi utilizada metodologia qualitativa, envolvendo pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com os moradores, que foram analisadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo e, ainda, visitas ao local. Constatou-se a existência de fortes vínculos de base afetiva, simbólica e funcional entre moradores e o lugar, que, no entanto, têm sido abalados pelas ações do PLN, que desconsideraram as relações estabelecidas entre homem e ambiente.

Palavras-chave: apego ao lugar; identidade de lugar, requalificação urbana; vínculos afetivos.

EXPERIENCING THE PLACE: A STUDY OF THE RELATIONS BETWEEN MAN AND THE ENVIRONMENT AND ITS IMPLICATIONS IN THE OLARIAS NEIGHBORHOOD, TERESINA, PIAUÍ

Abstract: The North Lakes Program (PLN) proposes interventions of urban regeneration and socio-economic and environmental development at a fragile environment area in the city of Teresina, Piauí. Given the importance of ruling any environmental intervention on the specifics of the interactions that take place between different human groups and the environment in which they live, this article aims to analyze affective, symbolic and functional aspects of the relationship between residents of the Olarias district, located in the coverage area the PLN and the place where they live. The research presented qualitative

methodology, and involved desk research, interviews with residents, which were analyzed according to the Content Analysis technique, and visits *in loco*. The results indicated the existence of strong affective, symbolic and functional bonds between residents and place, which, however, have been shaken by the actions of PLN who disregard the relationships established between man and environment.

Keywords: place attachment; place identity; urban requalification; affective bonds

VIVIENDO EL LUGAR: UN ESTUDIO DE LAS RELACIONES ENTRE EL HOMBRE Y EL MEDIO AMBIENTE Y SUS IMPLICACIONES EN BARRIO OLARIAS, TERESINA, PIAUÍ

Resumen: El Programa Lagoas del Norte (PLN) propone intervenciones de recalificación urbana y desarrollo socioeconómico y ambiental en áreas ambientalmente frágiles en la ciudad de Teresina, Piauí. Dada la importancia de pautar cualquier intervención ambiental en las especificidades de las interacciones que se establecen entre los diferentes grupos humanos y el ambiente en que viven, este artículo objetivó analizar aspectos afectivos, simbólicos y funcionales de la relación entre moradores del barrio Olarias, localizado en el área de cobertura del PLN, y el lugar donde viven. Se utilizó metodología cualitativa, involucrando investigación documental, entrevistas semiestructuradas con los habitantes, analizadas, según la técnica de Análisis de Contenido y visitas al local. Se observó la existencia de fuertes vínculos de base afectiva, simbólica y funcional entre moradores y el lugar, que, sin embargo, han sido sacudidos por las acciones del PLN, que desconsideran las relaciones establecidas entre hombre y ambiente.

Palabras clave: Apego al lugar; Identidad de lugar; Recalificación urbana; Los vínculos afectivos
